

04

ABORDANDO O RACISMO COMO
UMA QUESTÃO CENTRAL NA
AGENDA GLOBAL PARA O FUTURO



ABORDANDO O RACISMO COMO UMA QUESTÃO CENTRAL NA AGENDA
GLOBAL PARA O FUTURO

ABRIL 2025

FICHA TÉCNICA

COORDENAÇÃO EXECUTIVA:

Sueli Carneiro

ELABORAÇÃO DE TEXTO E TRADUÇÃO:

Kátia Mello

REVISÃO TÉCNICA:

Iradj Eghrari

DIAGRAMADOR E DESIGNER: SENDIGITAL

Antônio Carlos “KK” Santos Filho

realização



ABORDANDO O RACISMO COMO UMA QUESTÃO CENTRAL NA AGENDA GLOBAL PARA O FUTURO

G316

Abordando o Racismo Como Uma Questão Central na Agenda Global para o Futuro / coordenação: Sueli Carneiro. - São Paulo : Geledés, 2026.

34 p. -- (Coleção Geledés no Sistema Internacional; v.4)

ISBN: 978-85-62750-43-4

1. Racismo. 2. Direitos humanos. 3. Política internacional. 4. Desenvolvimento global. I. Geledés Instituto da Mulher Negra. II. Título.

CDD 305.896

Índices para catálogo sistemático:

1. Política global: Agenda global: Racismo 305.896
Lucineia Pereira Ribeiro – Bibliotecária – CRB-8/10400

ISBN: 978-85-62750-43-4





SUMÁRIO

07 INTRODUÇÃO

09 APRESENTAÇÃO

17 PARTICIPANTES

19 FALAS NA ÍNTEGRA

INTRODUÇÃO

Este documento dá continuidade à série de publicações iniciada com *Brasil e Durban – 20 anos depois*, que, embora não seja o primeiro volume, inspirou uma coleção de documentos publicados pelo Centro de Documentação e Memória Institucional do Geledés – Instituto da Mulher Negra. O *Brasil e Durban – 20 anos depois* foi lançado em 2021 e resultou de um esforço para refletir sobre os avanços e desafios 20 anos após a III Conferência Mundial contra o Racismo, realizada em Durban, África do Sul, em 2001. Este volume inaugural revisitou a histórica participação da sociedade civil brasileira no processo de construção de uma agenda política antirracista e antissexista no cenário internacional. Ele se tornou uma importante ferramenta de memória e inspiração, traçando os caminhos do ativismo negro e feminino no contexto global.

O presente documento, *Abordando o Racismo Como Uma Questão Central na Agenda Global para o Futuro*, é o quarto volume da coleção e resulta de um evento crucial realizado por Geledés em 20 de setembro de 2024, na Roosevelt House, em Nova York, durante a Cúpula do Futuro. Este encontro internacional destacou a urgência de colocar o racismo no centro das discussões globais sobre justiça social, desenvolvimento sustentável e direitos humanos. As questões levantadas pelos painelistas não podem ser ignoradas: o racismo estrutural é uma das mais profundas barreiras para o progresso humano, e sua erradicação é essencial para a construção de um futuro verdadeiramente igualitário.

As intervenções dos palestrantes, que incluíram representantes de governos, organizações internacionais e ativistas, ilustraram claramente que o enfrentamento do racismo não é apenas uma questão de justiça social, mas uma condição indispensável para a sobrevivência da democracia global. A combinação das lutas contra o racismo, a desigualdade de gênero e a pobreza foi repetidamente destacada como uma estratégia indispensável para quebrar os ciclos de opressão que afetam as populações afrodescendentes. Em suas palavras, a transformação das estruturas que sustentam o racismo é não apenas urgente, mas inadiável.

A reflexão dos palestrantes e a riqueza do debate sobre o racismo ambiental, a desigualdade estrutural e as políticas de reparação histórica, ressaltam a necessidade de uma ação coordenada, global e multifacetada. O papel da população afrodescendente, especialmente das mulheres e meninas negras, como agentes de mudança e contribuintes essenciais para o desenvolvimento das sociedades, deve ser reconhecido em todas as esferas políticas, econômicas e sociais. Não podemos continuar a falar sobre desenvolvimento e justiça sem integrar essas questões nas políticas públicas globais. O racismo não é apenas um fenômeno local, mas uma epidemia transnacional que atravessa fronteiras e afeta vidas em todos os cantos do planeta.

Com base no que foi discutido durante o evento, este volume aborda a urgência de se adotar uma abordagem radicalmente antirracista na agenda global. Não é mais suficiente tratar o racismo como um tema secundário ou periférico. Precisamos colocá-lo no centro das discussões sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, incluindo a proposta do ODS 18, que visa especificamente a erradicação do racismo e a promoção da igualdade racial. A criação de políticas públicas que reconheçam o impacto histórico do colonialismo, da escravidão e do tráfico de pessoas negras não é apenas uma necessidade ética, mas um imperativo para a construção de um mundo mais justo e equitativo.

Assim como no volume anterior, este quarto volume reforça a necessidade de uma ação global e integrada. O racismo ambiental, a crise climática e a pobreza não podem ser resolvidos sem abordar as suas raízes profundas no sistema global de discriminação. Para alcançar a verdadeira justiça climática, é fundamental que as vozes dos afrodescendentes sejam ouvidas nas negociações internacionais e que suas soluções para os desafios ambientais sejam implementadas. O racismo e a crise climática não podem ser separados; enfrentá-los exige uma nova visão de mundo que leve em consideração as perspectivas e soluções das comunidades que mais sofrem com essas crises.

Este volume, assim como os anteriores, se posiciona como uma ferramenta de resistência, proposta e ação. Ele é um chamado para todos os atores globais, governos e movimentos sociais para que assumam, sem mais hesitação, a responsabilidade de dismantlar o sistema de racismo global. A luta pela dignidade, igualdade e justiça dos afrodescendentes é uma luta de todos. Se não reconhecermos essa urgência, o futuro será uma repetição do passado, onde os afrodescendentes continuam a ser deixados para trás.

Sueli Carneiro

Coordenadora Executiva

Centro de Documentação e Memória Institucional

Geledés – Instituto da Mulher Negra

Maio de 2025

APRESENTAÇÃO

Em 20 de setembro de 2024, na Roosevelt House, Hunter College/CUNY, em Nova York, tive a honra de participar como comentarista de um importante painel intitulado “Abordar o Racismo como Questão Central na Agenda Global para o Futuro”. O evento reuniu painelistas distintos, incluindo o embaixador Norberto Moretti, representante permanente adjunto do Brasil na ONU; Rodrigo Mendez, primeiro secretário da Missão da Colômbia na ONU; e Maria-Noel Vaeza, diretora regional da ONU Mulheres para a América Latina e o Caribe. Também participaram Carole Ageng’o, diretora regional da ONG HelpAge para a África e copresidente da Conferência da Sociedade Civil da ONU em apoio à Cúpula do Futuro em Nairóbi 2024 (online); Letícia Leobet, assessora internacional de Geledés-Instituto da Mulher Negra; e que teve como moderador, Iradj Eghrari, consultor internacional de Geledés.

O embaixador Norberto Moretti iniciou destacando as iniciativas diplomáticas e políticas do presidente Lula e do governo brasileiro na ONU, no G20, e em âmbito nacional para alcançar os direitos humanos plenos, igualdade de oportunidades e a interseccionalidade, especialmente para mulheres e meninas afrodescendentes. Enfatizou a necessidade de libertar o mundo do flagelo do racismo; de reconhecer e colocar fim à discriminação étnico-racial; de se avançar na proposta de criação de um ODS 18 na Agenda 2030 que trate do racismo; e de instaurar o Ministério da Igualdade Racial no Brasil.

Rodrigo Mendez, primeiro secretário da Missão da Colômbia na ONU, destacou os esforços do presidente Gustavo Petro e de sua vice-presidente, Francia Márquez, para redefinir a igualdade racial e desenvolver um modelo de justiça racial voltado ao desenvolvimento nacional, com base em incentivos sociais e interseccionalidade.

Mendez apontou três áreas principais de ação: elevar a justiça racial nas políticas nacionais e internacionais; promover o crescimento econômico, a educação e o bem-estar social para os afrodescendentes; e incluir referências explícitas a essas questões. Destacou, ainda, a necessidade de reconhecer as contribuições dos afrodescendentes, dismantelar barreiras ao seu progresso e estender a Década Internacional dos Afrodescendentes da ONU até dezembro de 2034.

Maria-Noel Vaeza, diretora regional da ONU Mulheres para a América Latina e o Caribe, ressaltou iniciativas significativas do sistema ONU, como a criação da Comissão sobre a Situação da Mulher (CSW), em 1946; a adoção da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (CEDAW), em 1980; e a revisão da Plataforma de Ação de Pequim de 1995 na CSW em 2025. Enfatizou também a importância da 2ª Marcha Nacional das Mulheres Negras no Brasil em 2025, com foco no reconhecimento das necessidades e contribuições das mulheres negras. Mencionou ainda as demandas por reparações pelos danos da escravidão e do tráfico transatlântico de pessoas, levantadas na reunião regional dos SIDS (Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento) no Caribe, e negociações com o Reino Unido e os EUA sobre o tema.

Ela defendeu o uso de linguagem interseccional em todas as resoluções da ONU, além de uma produção de dados e de metas desagregadas. Segundo dados de Geledés, há 200 milhões de afrodescendentes na América Latina e Caribe, de um total de 300 milhões no mundo. Embora parte dessa população apresente mobilidade social, 2,5 vezes mais vivem em situação de pobreza crônica. Esse grupo é desproporcionalmente afetado por desastres ambientais, como as enchentes recentes no Brasil, secas no Equador e incêndios na Bolívia e Brasil.

Neste contexto, as políticas financeiras devem abordar as dimensões de gênero da discriminação racial, com base em recomendações e resoluções como a Recomendação Geral 25 (2000) do Comitê da ONU para a Eliminação da Discriminação Racial (CERD); a Resolução 68/237 da AGNU sobre a Década Internacional dos Afrodescendentes (2015–2024) e sua prorrogação aprovada em dezembro de 2024 (Resolução 79/193); a Declaração de Durban sobre justiça reparatória; e os compromissos da ONU Mulheres com a Cúpula do Futuro.

Para eliminar a intolerância e o racismo, são necessários dados desagregados por raça e gênero; reconhecimento dos impactos da escravização e do tráfico humano nas formas contemporâneas de discriminação; valorização das contribuições dos afrodescendentes; uso de IA e redes sociais para promover esse reconhecimento; e integração das perspectivas raciais junto às de gênero, com atenção especial às formas como o racismo afeta mulheres e meninas.

Carole Ageng'ó, da HelpAge, pediu coragem para enfrentar as raízes do racismo, enraizadas na escravização e no colonialismo. Observou que governos e órgãos da ONU não refletem a diversidade racial, o que levanta dúvidas sobre a qualidade da representação. Destacou o sucesso da Conferência da Sociedade Civil da ONU em Nairóbi, onde a acessibilidade a vistos teve papel crucial, e apontou que movimentos como o CSW Disrupt! na África não alcançam o nível global devido a barreiras de mobilidade. Ressaltou ainda as consequências econômicas contínuas das leis e estruturas sociais coloniais, como comunidades negras e racializadas enfrentando problemas de infraestrutura.

Letícia Leobet, de Geledés, defendeu uma agenda antirracista global baseada no conceito de “Sankofa”, isto é, aprender com o passado para avançar. Ressaltou a importância das reparações pela escravização e tráfico de pessoas; da mobilidade social dos afrodescendentes; da eliminação do racismo estrutural; e do fortalecimento de mecanismos como o CERD e o Grupo de Trabalho de Especialistas sobre o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. Aplaudiu a prorrogação, em 2024, do Mecanismo de Especialistas para Avançar a Justiça Racial e a Igualdade na Aplicação da Lei pelo Conselho de Direitos Humanos, e destacou a importante inclusão de temas como paz, segurança e desenvolvimento sustentável no parágrafo 17 da Declaração Ministerial do HLPF 2024.

Ela celebrou o reconhecimento das contribuições das mulheres afrodescendentes na CSW 2024 e pediu uma análise mais profunda sobre os desafios específicos que enfrentam; maior compromisso dos Estados para garantir sua representação; maior autonomia nos espaços de tomada de decisão; e a criação formal de um Grupo de Interesse de Afrodescendentes na ONU, já apoiado por 30 organizações. Concluiu afirmando que a justiça climática precisa integrar a justiça racial e de gênero, e que as comunidades afrodescendentes já têm as soluções, devendo ser incluídas nas discussões da ONU e nas conferências climáticas.

Em minhas observações finais, agradei ao embaixador Moretti, ao sr. Mendez, a todos os painelistas e ao moderador. Reconheci os avanços significativos na adoção de declarações, relatórios e políticas da ONU que promovem a igualdade e o empoderamento das mulheres negras. Enfatizei que o reconhecimento dos afrodescendentes como grupo está ganhando força em todo o sistema da ONU. A proposta brasileira do ODS 18 e a atuação de Geledés em prol de um Grupo de Interesse de Afrodescendentes são exemplos concretos de ações transformadoras.

No entanto, lancei uma pergunta aos painelistas: devemos confiar em linguagens inspiradoras, como o Preâmbulo da Carta da ONU ou a Declaração Universal dos Direitos Humanos, ou focar na especificação de violações concretas de direitos humanos e nas obrigações dos governos de proteger a dignidade e a igualdade humanas para todos?

Os painelistas recomendaram unanimemente o uso de uma linguagem universal e inspiradora como “Nós, os Povos”.

O embaixador Moretti observou que a ONU atualmente enfrenta forte resistência, guerras culturais, posições extremadas e sérias reações contrárias aos acordos universais. Superar essas divisões exige liderança do Sul Global e estratégias cuidadosas para evitar conflitos.

Rodrigo Mendez sugeriu abordar estrategicamente a interseccionalidade, as identidades múltiplas e a discriminação sistêmica, além de construir alianças inter-regionais com a sociedade civil e a academia para elaborar linguagens com impacto. Endossou o uso de termos como “transformação de gênero” nas negociações.

Maria Noel-Vaeza destacou a ausência de uma convenção internacional sobre violência contra a mulher, apesar de 40% das mulheres sofrerem esse tipo de violência no mundo, mencionando a falta de vontade política e de recursos orçamentários. Salientou a crescente dificuldade de alcançar consensos, inclusive sobre o tema do Pequim +30, e defendeu a educação e o diálogo como formas de conter a regressão nos direitos.

Letícia Leobet concluiu que o compromisso político tem sido enfraquecido por concessões. Ela defendeu uma estratégia humanizada e inclusiva, que amplifique vozes marginalizadas e promova a autopercepção e a consciência histórica das comunidades, de modo a enfrentar as múltiplas crises com compromisso político sustentado pela sociedade civil.

O painel encerrou-se com um forte chamado à ação: é preciso manter o engajamento contínuo da sociedade civil, fomentar iniciativas diplomáticas inter-regionais e fortalecer as vozes marginalizadas para consolidar a justiça racial e de gênero na agenda global.

Prof. Dra. Catherine Tinker

Human Rights Program, Hunter College, City University of New York (CUNY)

UMA AGENDA ANTIRRACISTA - REFLEXÕES PARA UM NOVO CONSENSO GLOBAL

Geledés - Instituto da Mulher Negra, organização fundada e liderada por mulheres negras, tem se engajado ativamente na promoção de políticas antirracistas na efetivação da Agenda 2030. Em 2024, o instituto realizou uma série de mesas redondas com discussões centradas na agenda da Cúpula do Futuro. A ideia motora foi promover discussões com atores engajados na luta global contra o racismo em linha com o principal objetivo da Cúpula, que é estabelecer um novo consenso global para um futuro, visando as oportunidades de se avançar na agenda de desenvolvimento sustentável.

Entre essas iniciativas, Geledés promoveu, no dia 20 de setembro de 2024, no Roosevelt House Public Policy Institute, em Nova York (EUA), o evento “Abordando o Racismo Como Uma Questão Central na Agenda Global para o Futuro”, que reuniu autoridades internacionais e especialistas, inclusive das Nações Unidas, para evidenciar a emergência de incluir a agenda racial nas políticas globais da Cúpula do Futuro.

Estiveram neste encontro o embaixador brasileiro Norberto Moretti, representante alterno da Missão Brasileira em Nova York; o primeiro-secretário colombiano Rodrigo Mendez, representante da Missão Colombiana em Nova York, Carole Osero-Ageng'o, representante da HelpAge Internacional e copresidente da Conferência da Sociedade Civil das Nações Unidas em Apoio à Cúpula do Futuro; Catherine Tinker, professora-adjunta do Programa de Direitos Humanos da CUNY; Maria-Noel Vaeza, diretora regional da ONU Mulheres para Américas e Caribe; etícia Leobet, assessora internacional de Geledés. A mediação ficou por conta do consultor internacional do instituto, Iradj Eghrari.

O evento de Geledés, copatrocinado pela ONU Mulheres e pela ONG HelpAge, trouxe uma avaliação rigorosa e importante sobre os incrementos e desafios da agenda global antirracista. Foi também uma oportunidade única para o estabelecimento e a consolidação de parcerias estratégicas para a cooperação entre países do Sul Global, sociedade civil, universidades e agências das Nações Unidas, com o intuito de garantir uma verdadeira e robusta agenda racial, integrada às discussões globais em cenário de múltiplas crises.

Em sua explanação, a assessora internacional de Geledés, Letícia Leobet, fez um balanço preciso sobre as contínuas ações de Geledés no campo internacional que têm sido fundamentais para acelerar a agenda de justiça racial em diferentes formas. “Primeiramente, ao participar ativamente de fóruns como a CSW, CEDAW, HLPF, Soft, COP*, entre outros, temos avançado ao integrar a questão racial nas discussões e decisões globais de gênero, desenvolvimento sustentável, direitos humanos e clima, ressaltando que essas lutas não podem ser dissociadas da luta contra o racismo. Isso tem incentivado a formulação de políticas mais inclusivas, que considerem as necessidades específicas da comunidade afrodescendente, com foco nas meninas e mulheres afrodescendentes”, disse ela.

Entre as iniciativas realizadas por Geledés, Letícia Leobet destacou, na agenda de Direitos Humanos, os subsídios providos pela organização aos diferentes órgãos e instâncias das Nações Unidas, no combate ao racismo institucional e à desigualdade estrutural, com demandas claras de políticas de reparação histórica e mobilidade social para os afrodescendentes.

A assessora internacional de Geledés também se pronunciou sobre as ações do instituto em relação aos ODSs. “Temos nos envolvido na defesa e influência da criação do ODS 18, que visa abordar o racismo globalmente. Além disso, historicamente trabalhamos para garantir que a agenda racial seja integrada em todos os 17 objetivos. Além de destacar a iniciativa de Geledés em criar um mecanismo de participação da sociedade civil para afrodescendentes junto à ONU, que já tem apoio de quase 30 organizações de todas as regiões.”

Particularmente sobre os ODSs, o embaixador brasileiro Norberto Moretti inseriu o assunto em sua retrospectiva das ações do governo federal nos últimos anos. Ao citar que o Brasil possui a maior população de afrodescendentes fora da África, Moretti ressaltou a criação do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 18, de igualdade étnico-racial, uma reivindicação antiga do movimento negro brasileiro para garantir a transversalização da agenda racial.

“A decisão do ODS 18 tem como objetivo o combate ao racismo, a discriminação racial, a xenofobia e todas as manifestações de intolerância. Estamos esperançosos que esta resolução se dê na qualidade da Declaração de Durban e das ações afirmativas”, afirmou o embaixador.

O embaixador também mencionou a proclamação pela ONU do 25 de julho como Dia Internacional das Mulheres e Meninas Afrodescendentes, resultado de uma proposta dos governos do Brasil e da Colômbia. “Ao reconhecer a significativa contribuição de todas as mulheres e meninas afrodescendentes para o desenvolvimento de suas sociedades, esta resolução nos dá a oportunidade de chamar a atenção às múltiplas e interseccionais formas de discriminação que enfrentam, e de assumir a promoção dos direitos de mulheres e meninas afrodescendentes em nível nacional”, disse o embaixador.

Já o primeiro-secretário colombiano Rodrigo Mendez mencionou as iniciativas do presidente da Colômbia, Gustavo Petro, que tem como vice-presidente Francia Márquez, a primeira mulher negra a ocupar esse cargo. Mendez destacou três áreas estratégicas que estão sendo priorizadas em seu país. “A primeira é estabelecer a justiça racial como um pilar principal de políticas nacionais e internacionais. A segunda é construir, sob a liderança da vice-presidente Márquez, programas de lideranças para expandir o crescimento econômico, a educação e o emprego social para afrodescendentes. E a terceira, reivindicar compromissos políticos mais fortes e explícitos em termos globais, como o Pacto para o Futuro, garantindo que os afrodescendentes não sejam apenas reconhecidos ou mencionados em listas, como também sejam priorizados como essenciais contribuintes para o desenvolvimento global.”, disse ele.

Neste contexto, Letícia Leobet citou o trabalho de Geledés no G20, com objetivo de influenciar nas decisões sobre empoderamento econômico dos afrodescendentes e também na justiça étnico-racial, fazendo com que Estados e instituições financeiras se comprometam a desenvolver programas voltados à inclusão econômica dessa população.

Sobre a agenda climática, a assessora internacional de Geledés frisou que a justiça climática só será possível se for integrada à justiça racial e de gênero. “Destacamos que as populações afrodescendentes são provedoras de tecnologias e soluções para a crise climática. Temos defendido, por meio de submissões e advocacy com os Estados-Membros, que essas vozes sejam incluídas nas discussões e decisões da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC), expandindo o escopo das negociações climáticas para incluir dimensões raciais e históricas”, disse Letícia.

Em sua fala, a diretora regional da ONU Mulheres para Américas e Caribe, Maria-Noel Vaeza, trouxe a questão da interseccionalidade das mulheres. “Precisamos abordar (essa questão) com a perspectiva do CEDAW, a Convenção da ONU sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres, que já tem 40 anos, e também com a visão da Plataforma de Ação de Pequim, que completa 30 anos no ano que vem. Então, esses são os dois instrumentos que são extremamente importantes para nós, em qualquer coisa que fazemos, devemos abordá-los com essas lentes”, disse ela.

A diretora regional da ONU Mulheres destacou ainda a necessidade emergencial de “reparação pela escravidão” que, segundo ela, “deveria constar na pauta de todos os Estados membros das Nações Unidas”.

Carole Osero-Ageng’o, da Help Age, foi na mesma direção de Maria-Noel ao ressaltar a relevância de se “reconhecer a escravidão e suas repercussões e do colonialismo nas comunidades”. “Devemos abordar as raízes do racismo se quisermos chegar ao ponto em que estamos a olhar o planeta e a prosperidade das pessoas, que são os assuntos que nos trouxeram à Nova York”. E reafirmou a importância de se tratar esta temática dentro da esfera Sul global. “De onde eu venho, por exemplo, crescemos em certas áreas em que não discutimos a independência, mesmo anos após a independência”, disse ela.

Neste momento, o mediador Iradj Eghrari fez uma importante intervenção ao se referir à fala de Carole, como copresidente da Conferência da Sociedade Civil das Nações Unidas de 2024 em Nairóbi em Apoio à Cúpula do Futuro, da qual Geledés participou. “Você nos ensinou a entender as raízes da escravidão. E como estas raízes são as principais causas do colonialismo e do racismo que estamos enfrentando contra as pessoas de descendência africana e os africanos. Então, nós temos um longo caminho para enfrentar o racismo”, disse ele.

***CSW** - Comissão sobre a Situação da Mulher - **CEDAW** - Comitê para a Eliminação da Discriminação contra as Mulheres
HLPF - Fórum Político de Alto Nível para o Desenvolvimento Sustentável - **Soft** – Cúpula do Futuro
COP - Conferência das Partes de Mudanças Climáticas

PEQUENA BIO DOS PARTICIPANTES DO EVENTO “ABORDANDO O RACISMO COMO UMA QUESTÃO CENTRAL NA AGENDA GLOBAL PARA O FUTURO

Norberto Moretti

Embaixador e representante permanente do Brasil na Organização de Aviação Civil Internacional (OACI). É graduado em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e em Diplomacia pela Academia Diplomática Brasileira (Instituto Rio Branco). Ingressou no Serviço de Relações Exteriores em 1990.

Maria-Noel Vaeza

Diretora regional para as Américas e o Caribe em julho de 2019. Possui doutorado em Direito e Ciências Sociais pela Universidade da República do Uruguai e um mestrado em políticas públicas pela Universidade Johns Hopkins em Washington DC. Ingressou na ONU Mulheres a partir da sede do UNOPS em Copenhagen, onde atuou como Diretora do Escritório de Serviços de Portfólio Global.

Rodrigo Mendez

É presidenta do Fórum Permanente para Pessoas Afrodescendentes da ONU. Em 2018, tornou-se a primeira mulher e afrodescendente a assumir o cargo de vice-presidente de um país da América Latina, no caso seu país, a Costa Rica.

Alejandro de La Fuente

Primeiro-secretário colombiano e representante da Missão da Colômbia Nova York.

Carole Osero-Ageng'o

Representante da ONG HelpAge Internacional e copresidente da Conferência da Sociedade Civil das Nações Unidas em Apoio à Cúpula do Futuro.



Catherine Tinker

*Professora-adjunta da Escola de Diplomacia e Relações Internacionais,
Universidade Seton Hall.*

Letícia Leobet

*Assessora internacional de Geledés, responsável pelas agendas sobre
desenvolvimento sustentável, clima, racismo ambiental.*

Iradj Eghrari

Consultor internacional de Geledés e mediador do evento.

Todos os cargos acima correspondem à época do evento

ABAIXO SEGUIE A ÍNTEGRA DAS EXPOSIÇÕES DOS PARTICIPANTES DO EVENTO “ABORDANDO O RACISMO COMO UMA QUESTÃO CENTRAL NA AGENDA GLOBAL PARA O FUTURO”

”

IRADJ EHRARI

CONSULTOR INTERNACIONAL DE GELEDÉS E MEDIADOR DO EVENTO

Sou representante de Geledés- Instituto da Mulher Negra. Agradeço aos representantes da Missão do Brasil da ONU em Nova York, à Missão da Colômbia da ONU em Nova York, ao apoio das Mulheres da ONU e também à proposta muito gentil e suporte da Casa Roosevelt, através da professora Catherine Tinker, para que pudéssemos nos reunir. Estamos em número reduzido por aqui, mas somos muitos no Brasil, levando-se em conta as muitas pessoas que nos assistem no canal no YouTube de Geledés.

É uma honra estar aqui hoje para tratar de um assunto muito importante que iremos abordar nesta tarde, o racismo como um tema de fronteiras na agenda global para o futuro. Estamos na semana em que a Cúpula do Futuro acontece, e este é um momento em que precisaremos repensar algumas de nossas posições.

Tivemos um evento muito interessante que aconteceu no escritório da Comunidade Internacional Bahá'í, aqui em Nova York no dia de ontem, em que a questão do racismo foi abordada dentro do sistema ONU. Isso nos levou a muitas conclusões. Sentimos que aqueles que estavam discutindo o assunto nos apontaram que muitos esforços devem ser feitos não apenas em relação ao racismo que se estabelece aqui na ONU em termos de pessoas e instituições, mas também o racismo como um pensamento.

Sendo assim, o pensamento racista precisa ser o ponto crucial. Não obstante o fato de que as coisas precisam mudar para o futuro, ressalto que já caminhamos muitos passos à frente ao abordarmos o racismo global. E é isso que gostaríamos de avaliar hoje.



”

EMBAIXADOR NORBERTO MORETTI

Este evento paralelo é uma razão para agradecer a Geledés por esta oportunidade que temos hoje. Estou certo de que isso nos permitirá trocar experiências que apontem para um futuro em que a igualdade racial terá sua justa visibilidade na agenda global.

Na próxima semana, chefes de Estado e governos estarão reunidos em Nova York para fazer uma contribuição muito importante, um impulsionamento político para que possamos dar um importante passo na construção de um futuro que elimine a desigualdade racial.


E, como o presidente Lula disse no anúncio global da Cúpula do Futuro, precisamos de um sistema multilateral renovado, legítimo e efetivo para as gerações futuras. Esse legado necessariamente inclui políticas de desenvolvimento que sejam verdadeiramente inclusivas e adequadas, integrando inteiramente a agenda racial.

O Brasil, como todos sabem, é o país com a maior população de afrodescendentes fora da África, e voluntariamente adotou o ODS 18, destinado a alcançar a igualdade racial. Essa decisão de adotar o ODS 18 também se soma ao nosso comprometimento o combate ao racismo, à discriminação racial, à xenofobia, assim como à intolerância correlata.

Estamos muito esperançosos de que essa decisão do governo brasileiro também contribua para alcançar a justiça e a igualdade racial em linha com a Declaração e o Programa de Ação de Durban.

Como a ministra da Igualdade Racial, Anielle Franco, que estará conosco nesta semana, aqui em Nova York, disse durante a Segunda Sessão do Fórum Permanente de Afrodescendentes, a redução de desigualdades sociais, de gênero, econômicas, só serão possíveis se colocarmos a centralidade do combate ao racismo no palco da geopolítica global.

A adoção voluntária do ODS 18 pelo Brasil é ainda outra evidência de que estamos completamente comprometidos em tratar do lapso histórico sobre as questões raciais nas políticas globais e metas de desenvolvimento. Estamos também orgulhosos, aqui em Nova York, de ter viabilizado com a Colômbia a recente resolução da Assembleia Geral que adicionou ao calendário da ONU o Dia Internacional de Mulheres e Meninas de Afrodescendentes.



Ao reconhecer a significativa contribuição de todas as mulheres e meninas afrodescendentes para o desenvolvimento de suas sociedades, esta resolução nos dá a oportunidade de chamar a atenção às múltiplas e interseccionais formas de discriminação que enfrentam, e de assumir a promoção dos direitos de mulheres e meninas afrodescendentes em nível nacional.

É importante lembrar que ainda há muito o que fazer para libertar o mundo do racismo, e que uma década não foi suficiente para garantir que os afrodescendentes desfrutem de seus direitos e oportunidades iguais. O Brasil está completamente comprometido com a renovação da Década Internacional dos Afrodescendentes.

Asseguro-lhes que faremos todos os esforços necessários para ter uma resolução sobre a década adotada pela Assembleia Geral em 2024, permitindo uma renovação de esforços no combate ao racismo e alcançando o ODS 18.



”

PRIMEIRO-SECRETÁRIO COLOMBIANO RODRIGO MENDEZ

A Colômbia os apoia com muito orgulho e determinação, ao se posicionar como um líder global no avanço dos Direitos Humanos e nas oportunidades para os afrodescendentes.

Isso foi possível graças à liderança transformadora da vice-presidente Francia Marques. Portanto, recentemente, sob a administração do presidente Petro, tomamos decisões que redefiniram nossa abordagem em relação à igualdade racial, empoderamento econômico e inclusão social. E é importante mencionar, que isso foi sob a perspectiva de uma abordagem interseccional.


Estamos muito felizes ao ver que esses esforços estão começando a mostrar algum progresso e que estão nos indicando um modelo de justiça racial, com a inserção dos assuntos raciais dentro do Plano Nacional de Desenvolvimento. Portanto, me permitam compartilhar com vocês três áreas estratégicas que estão guiando nossos esforços.

A primeira é estabelecer a justiça racial como um pilar principal de políticas nacionais e internacionais. A segunda é construir, sob a liderança da vice-presidente Marques, programas de lideranças para expandir o crescimento econômico, a educação e o emprego social para afrodescendentes. E a terceira, reivindicar compromissos políticos mais fortes e explícitos em termos globais, como o Pacto para o Futuro, garantindo que os afrodescendentes não sejam apenas reconhecidos ou mencionados em listas, como também sejam priorizados como essenciais contribuintes para o desenvolvimento global.

Temos que dizer que, apesar do progresso que temos feito na Colômbia, a resposta global ainda não refletiu a urgência e a magnitude dos desafios que os afrodescendentes enfrentam.

Na última vez em que examinamos o Pacto para o Futuro, só tínhamos dois parágrafos mencionando o racismo, e isso evidencia que os documentos ainda precisam de uma linguagem robusta e ações objetivas para abordar necessidades específicas.

Não digo isso como algo frustrante, porque ainda é uma vitória para países como a Colômbia, o Brasil e vários outros parceiros que estão lutando e negociando duro para que avancemos e façamos algum progresso no reconhecimento, na promoção e na proteção dos direitos dos afrodescendentes.



Sendo assim, solicitamos a todos os países, nações e membros relevantes, que não apenas reconheçam as contribuições dos afrodescendentes, como também desmantelam de maneira ativa as barreiras que têm bloqueado a participação significativa e efetiva (deles) no desenvolvimento e no processo decisório.

É claro que a Colômbia seguiu os passos do Brasil ao trabalhar na renovação da data internacional para os afrodescendentes. E bem, vamos ver como a negociação do Pacto se concluirá, e vamos entender este acordo como o começo de um futuro trabalho a ser feito juntos.



MARIA-NOEL VAEZA

DIRETORA REGIONAL DA ONU MULHERES PARA AMÉRICAS E CARIBE

Para a ONU Mulheres é muito importante falar sobre raça, sobre liberdade, sobre interseccionalidade das mulheres. É algo normalmente que não fazemos na América Latina, e deveríamos fazer, porque temos mais de 200 milhões de afrodescendentes em nossa região. Portanto, precisamos abordar essa questão tão urgente, e também abordá-la com a perspectiva do CEDAW, a Convenção da ONU sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres, que já tem 40 anos, e também com a visão da Plataforma de Ação de Pequim, que completa 30 anos no ano que vem. Então, esses são os dois instrumentos que são extremamente importantes para nós, em qualquer coisa que fazemos.

Meu obrigada aos membros de Geledés-Instituto das Mulheres Negras, e estamos aguardando a Marcha das Mulheres Negras que acontecerá no ano que vem, e, claro, participaremos, como já fizemos antes.


E é preciso liderar todos esses esforços e nos posicionarmos estrategicamente, não só sobre as necessidades em abordar o racismo, como também em reconhecer a contribuição das mulheres afrodescendentes em estratégias de desenvolvimento. Neste ano, durante a Conferência Internacional de Pequenas Ilhas do Caribe, houve muitas discussões em torno da reparação.

O Caribe está avançando neste conceito, particularmente com o Reino Unido e os Estados Unidos. E ao endereçarmos a reparação, isso é curativo em certos aspectos, porque nunca foi feito antes. Ela é reconhecida em poucos instrumentos internacionais.

Este é um dos assuntos que deveria ser discutido, a reparação do passado escravagista. Portanto, é muito importante que essas sejam temáticas que devam constar em cada declaração e em cada resolução da ONU, para que realmente os Estados-membros sejam pressionados a olharem para isso.

É urgente levar em conta as múltiplas interseccionalidades que intersectam as questões específicas das mulheres, as vidas das mulheres, e desagregar esses objetivos com ações específicas.

Especialmente em uma região tão rica e diversa, mas também a mais desigual região do planeta, onde afrodescendentes têm menor probabilidade de mobilidade social, uma vez que eles têm 2,5 vezes mais chances de se encontrarem em situação de pobreza crônica.



Os afrodescendentes no Caribe sofrem mais, obviamente, com desastres ambientais, os furacões, as tempestades. As mortes e as condicionalidades de renda insustentável (dessas populações) tornam ainda mais desafiador reduzir as desigualdades na linha do Plano de Desenvolvimento Sustentável 2030.

Nesse contexto de mudanças climáticas aceleradas, isso está se tornando realidade para todos os países latino-americanos. Vimos as terríveis inundações no Brasil neste ano, estamos vendo os incêndios, agora, entre a Bolívia e o Brasil, vemos as chuvas no Equador, etc. Ou seja, elas estão afetando todos os países latino-americanos.

Portanto, no futuro, queremos e precisamos abordar o racismo ambiental, como se diz agora, fortalecendo as sinergias entre o desenvolvimento sustentável e as mudanças climáticas, e entre os direitos das mulheres e as mudanças climáticas também, porque, normalmente, as mulheres são as que sofrem mais desproporcionalmente e são mais afetadas desproporcionalmente, porém, elas nunca se sentam na mesa de negociações quando as decisões são tomadas.

É necessário promover políticas públicas e econômicas que contribuam para a erradicação da fome e da pobreza, do desemprego, da mortalidade infantil, que resultam de formas de racismo, de discriminação racial, de xenofobia e de formas correlatas de intolerância.

Fico feliz que todos os países latino-americanos e as regiões caribenhas sejam signatários do CEDAW, a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres, que obriga os Estados membros da ONU a implementar medidas concretas para eliminar qualquer tipo de discriminação que afetam as mulheres, o que é especialmente relevante no caso dos afrodescendentes.

Ao mesmo tempo, os países da região são signatários da Convenção Internacional sobre a Eliminação de Racismo e Discriminação Racial, a CERD, que em sua Recomendação Número 25, de 2000, destaca a dimensão de gênero em relação à discriminação racial, recomendando que formas de discriminação racial que tenham impacto único e específico nas mulheres devam ser consideradas.

Em linha com a Resolução General da ONU, 68-237, sobre a Década Internacional de Afrodescendentes, que terminou neste ano, a ONU Mulheres apoia os Estados a tomar medidas concretas e práticas para o cumprimento dos compromissos adotados no combate ao racismo, à discriminação racial, à xenofobia e à intolerância enfrentados por mulheres afrodescendentes. Na ONU Mulheres, estamos convencidos de que a Cúpula do Futuro apresenta uma oportunidade única aos Estados-membros.

Portanto, esta semana é muito aguardada por todos para que alcancemos um novo consenso global de comprometermos, de propostas para um futuro melhor, de maneira a não deixarmos ninguém para trás, especialmente as mulheres e as meninas afrodescendentes.

Encorajamos fortemente a adoção de mudanças de políticas nacionais que combatam a intolerância e o racismo, como as que o Brasil tem realizado desde o ano passado, ao criar um ministério dedicado à promoção da igualdade racial, como também o que o Brasil está fazendo na Assembleia Geral da ONU, ao se empenhar com o ODS 18, destinado a promover a equidade racial. Apoiamos integralmente a criação do ODS 18.

Este é um passo decisivo para a introdução da perspectiva racial no escopo do desenvolvimento sustentável. Todos sabemos o quão difícil é a abordagem de gênero. Portanto, acreditamos que a abordagem do racismo também será muito difícil, mas temos o histórico de gênero que pode nos ajudar a acelerar (esse processo).

Acrescento que trabalhamos juntos com os governos na produção e disseminação de dados específicos sobre raça e gênero, o que é extremamente importante para estabelecer políticas públicas.

No contexto do ODS 18, reunimos esforços para incorporar a igualdade racial nas discussões, algo que não estava lá antes. Acreditamos que seja importante reconhecer os centros de escravização, o tráfico e a opressão colonial de afrodescendentes que mudaram e impactaram a discriminação sistêmica e racial que persiste até hoje em nosso continente.

E, o mais importante, nós precisamos reconhecer o valor e a contribuição dos afrodescendentes na construção de nossas sociedades e promover desenvolvimento e soluções em inovação.

É tempo de quebrar as barreiras discriminatórias contra as mulheres afrodescendentes, o que implica em exercitar uma resistência histórica, em que a hierarquia de raça e gênero seguem prevalecendo na instrumentalização da digitalização. Precisamos ser muito cuidadosos, porque o racismo também está nas mídias sociais.

Então, é hora de transformar tudo isso. Gostaria de adentrar no próximo ano que será o 30º aniversário da Declaração e Plano de Ação de Pequim. Portanto, será muito interessante comemorar e mostrar o papel das mulheres afrodescendentes e discutir estratégias coletivas para redobrar os esforços no sentido de avançarmos nas iniciativas de justiça reparatória, lançadas na Declaração de Durban.

E também é importante resistir ao racismo quando se trata de migração. Temos 73 milhões de pessoas se deslocando em nossa região, e é importante sempre levantar a questão do racismo, estabelecendo políticas antirracistas e, claro, anti-xenófobas.

Tenho a certeza de que juntos poderemos construir um mundo melhor com mais dignidade e respeito aos Direitos Humanos.



”

CAROLE OSERO-AGENG'O

REPRESENTANTE DA HELPAGE INTERNACIONAL E COPRESIDENTE DA CONFERÊNCIA DA SOCIEDADE CIVIL DAS NAÇÕES UNIDAS EM APOIO À CÚPULA DO FUTURO

É hora de irmos às causas principais e abordar o racismo, e abordar os assuntos dos afrodescendentes na periferia e devemos prontamente começar por dois pontos. O primeiro é que devemos olhar essa questão sob a perspectiva dos direitos. A Declaração Universal dos Direitos Humanos diz que cada pessoa e que todo mundo tem direitos. Portanto, quando há discriminação no quesito de raça ou qualquer outro quesito, estamos sendo contra os princípios fundamentais que nos unem como população.

Dizemos que somos membros das Nações Unidas e as Nações Unidas têm seus próprios desafios, inclusive acredito que estejam fazendo mudanças na agenda. Porém, as Nações Unidas permanecem como o único lugar que nos une como pessoas do planeta e no lugar em que possamos abordar alguns assuntos, os grandes assuntos que nos afetam.

Portanto, se dizemos que somos membros desta comunidade de nações, mas não respeitamos os princípios fundamentais sobre os quais a comunidade da ONU foi formada, então temos um problema em nosso pleito.

O segundo ponto é que devemos reconhecer a escravização e os impactos dessa escravização no colonialismo nas comunidades. Portanto, devemos abordar as raízes do racismo se queremos chegar ao ponto em que estamos olhando para o tema “Pessoas, Planeta e Prosperidade”, que são os assuntos que nos trouxeram à Nova York nesta semana. Os ODS foram elaborados para o benefício de “Pessoas, Planeta e Prosperidade”. Porém, se derrubarmos essa agenda “Pessoas, Planeta e Prosperidade”, observaremos que o desenvolvimento sustentável não irá beneficiar os afrodescendentes.

Nesta manhã, discutimos a discriminação dentro do framework da ONU como uma instituição. E isso se repete em muitas outras instituições, incluindo aquelas que já conhecemos como sociedade civil. Também já ouvimos falar sobre o fato de a discriminação acontecer nos espaços governamentais, porque países são feitos por pessoas de diferentes raças.

Portanto, se queremos abordar essa questão, devemos fazê-la em prol da verdade. Outro assunto relacionado à escravização e ao colonialismo é o fato de que nos apropriamos e transformamos o colonialismo ao ponto de termos um neocolonialismo em vários níveis. Neocolonialismo do Norte global e neocolonialismo mesmo em espaços do Sul global.

E quando temos processos como a agenda de implementação de planos locais contida na iniciativa The Charter for Change, nós a implementamos cegamente sem envolver a participação das pessoas mais impactadas por esse colonialismo. E isso me leva ao meu próximo ponto, que devemos, então, abordar a temática da representação de igualdade. Ou seja, não podemos ter essa representação apenas sob o ponto de vista de uma presença em uma sala. Como por exemplo, se você tiver um representante em uma conferência, mas você não envolver as pessoas, particularmente os afrodescendentes nas preparações desta conferência.


E posso dar muitos outros exemplos. Podemos mencionar as temáticas da Comissão sobre o Estatuto das Mulheres, CSW. Vemos que as preparações para a comissão começaram bem cedo. E agora, na África, por exemplo, foi apresentada a CSW Disrupt e teremos muitas conferências da CSW na África. Mas o que está acontecendo é que quando há uma reticência, uma recusa em se aceitar que existe um problema, essa discussão não alcança o nível global. Portanto, precisamos assegurar que a participação aconteça de forma objetiva.

Precisamos identificar e reconhecer os desafios. É muito difícil viajar para Nova York para quem provém da parte ocidental da África, em razão dos vistos. Então, por que algumas das conferências não podem acontecer no Sul global, para onde é mais fácil de viajar? Vimos isso na Conferência na Nairóbi em que houve uma enorme participação, muito maior do que tem ocorrido em várias das conferências, recentemente, inclusive no tempo recente, em conferências semelhantes que contaram com a participação da sociedade civil.

Por quê? Porque é mais fácil obter um visto para o Quênia do que obter um visto para os Estados Unidos. Ou seja, devemos refletir sobre isso. Isso me leva ao meu próximo ponto, que é a questão das consequências econômicas.

Sabemos que muitos dos países da África herdaram os sistemas coloniais, seja um sistema colonial legislativo, um sistema colonial de arranjos sociais, nos quais os brancos se saíam melhor do que os não-brancos ou os negros. O que acontece é que essas estruturas permaneceram, e isso se reflete na pobreza. Antes se refletia na cor, agora se reflete nos níveis de pobreza.

De onde eu venho, por exemplo, crescemos sabendo das consequências que a estrutura colonial de certas áreas trazem; porque eu nasci após a independência, cinco anos após a independência, como por exemplo na cidade de Nairobi, onde essa estrutura permaneceu. As áreas em que haviam boas moradias



eram para as pessoas brancas, algumas delas eram para as pessoas não-brancas, e as negras ficavam na parte mais pobre da cidade, com pobreza, sujeira, onde não tinha estrada, e isso permanece até hoje. Portanto, o que acontece é que se você nasceu nessa área, você vai para uma escola muito ruim, sem assistência médica, e isso se perpetua no custo de vida, e você acaba na pobreza.

E essa pobreza persiste. O que acontece é que há um remanejamento de situação. A pobreza, portanto, substitui a estrutura, ou melhor, soma-se à estrutura do racismo. Ou seja, se você é pobre, se você é negro, se você é mulher, todas essas diversidades se somam e lhe predis põem à pobreza. Como acabo de dizer, tudo isso está impactando a África em seu desenvolvimento como continente.

Se prestarmos atenção, a agenda das pessoas é tão comprometida, que não estamos sendo capazes de discutir questões como a pobreza em certos governos. O que acontece é que o Ocidente está nisso, complicando a situação da pobreza. Países como a República Democrática do Congo estão tendo suas riquezas roubadas, e a pobreza na África está sendo mantida.

Portanto, devemos encarar o racismo sob uma perspectiva mais profunda, ao invés de apenas dizer que em uma sala onde acontece uma reunião, estão presentes cinco afrodescendentes e outras pessoas do Norte global. Nós devemos ir às causas destas questões se quisermos abordar o racismo de maneira efetiva.



”

LETÍCIA LEOBET

Gostaria de começar a minha fala fazendo um resgate de coisas de um passado curto, situando as últimas atuações de Geledés, mas que são como uma Sankofa, indicando o futuro a partir das ações do presente.


Sankofa é um conceito de países da África Ocidental que significa “voltar e buscar”, simbolizando a importância de aprender com o passado para construir um futuro melhor. É representado por uma ave que olha para trás enquanto carrega uma semente, o princípio que valoriza o conhecimento ancestral e a cultura como base para o progresso e o crescimento das comunidades.

As ações de Geledés no cenário multilateral têm sido fundamentais para avançar a agenda de justiça racial de várias formas. Primeiramente, ao participar ativamente de fóruns como a CSW, CEDAW, HLPF, Soft, COP*, entre outros, temos avançado ao integrar a questão racial nas discussões e decisões globais de gênero, desenvolvimento sustentável, direitos humanos e clima, ressaltando que essas lutas não podem ser dissociadas da luta contra o racismo. Isso tem incentivado a formulação de políticas mais inclusivas, que considerem as necessidades específicas da comunidade afrodescendente, com foco nas meninas e mulheres afrodescendentes.

Agora, apresento algumas ações que demonstram que Geledés tem atuado de maneira articulada para impulsionar a agenda antirracista global. Aos diferentes órgãos e instâncias das Nações Unidas reforçamos a urgência de combater o racismo institucional e a desigualdade estrutural, demandando políticas de reparação histórica e mobilidade social para os afrodescendentes.

Submetemos também o Relatório Sombra à última Sessão da Convenção contra a tortura e outros tratamentos ou penas cruéis, desumanas ou degradantes, denunciando torturas e o genocídio da população afrodescendente. Além disso, requisitamos ao Conselho de Direitos Humanos a renovação do Mecanismo Internacional de Especialistas Independentes para Promover a Justiça e a Igualdade Racial na Aplicação da Lei (EMLER), essencial para garantir o respeito aos Direitos Humanos na aplicação da lei, com foco na população afrodescendente.

Denunciamos o descumprimento sistemático do Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos e a relação dessa violação com o racismo por parte dos Estados e estruturamos uma atuação articulada com o Grupo de Trabalho de Especialistas sobre Afrodescendentes.



Olhando para a agenda de gênero, contribuímos com análises que destacam como as mulheres afrodescendentes enfrentam desafios específicos, garantindo que os debates sobre igualdade de gênero considerem essas questões de forma abrangente. Atuamos na ampliação da representatividade de mulheres afrodescendentes nesses fóruns globais e influenciámos o Estado para que assumam este compromisso em relação à promoção da autonomia e à participação significativa das mulheres e meninas afrodescendentes.

Essas ações refletem o último documento da CSW, em que foi acordada e reconhecida a importância da contribuição das meninas e mulheres afrodescendentes para o desenvolvimento das sociedades, reforçando a necessidade de enfrentar a pobreza e fortalecer as instituições com uma perspectiva de gênero nessas comunidades. Temos pressionado incansavelmente os governos a incluírem o enfrentamento ao racismo e à discriminação de gênero como prioridades em suas agendas de políticas públicas, reforçando a necessidade de medidas concretas para garantir a igualdade e os direitos dessas mulheres.

Nesse âmbito e de maneira muito articulada com os indicadores para as metas dos objetivos sustentáveis, bem como para as metas da agenda climática, temos reivindicado dados desagregados por raça, gênero e outros marcadores de desigualdade para garantir a formulação de políticas públicas mais eficazes e inclusivas. Estivemos presentes na reivindicação e estamos influenciando a criação do ODS 18, que visa enfrentar o racismo a nível global.

Além disso, atuamos historicamente para garantir a transversalização da agenda racial em todos os 17 objetivos. Temos articulado as organizações afrodescendentes a integrarem a agenda de desenvolvimento sustentável, ao mesmo tempo em que engajamos organizações da sociedade civil a nível global a se comprometerem com a agenda racial, destacando nossa iniciativa de criação de um stakeholder group de afrodescendentes junto à ONU, que já conta com apoio de organizações de todas as regiões do mundo.

Gostaria de destacar também que influenciámos a diplomacia brasileira a defender o parágrafo 17 na Declaração Política do High-Level Political Forum (HLPF) 2023, que reforça o compromisso dos Estados em combater o racismo e a discriminação racial como fatores determinantes para a perpetuação da pobreza e desigualdade, e temos garantido que essa linguagem seja mantida e apareça de maneira ainda mais consistente também no Pacto do Futuro.

Na agenda climática, gostaria de fazer alguns destaques, tanto pela emergência quanto pela dificuldade de garantir avanços em relação à população afrodescendente. Mas antes, gostaria de afirmar que, para nós, a justiça climática só será possível se estiver integrada à justiça racial e de gênero. Afinal, as populações afrodescendentes são desproporcionalmente afetadas pelas crises ambientais, ao mesmo tempo em que têm apresentado tecnologias e soluções para a crise climática.

Temos pressionado, por meio de submissões e incidências junto aos Estados Membros, para que essas vozes sejam incluídas nas discussões e decisões da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), ampliando o escopo das negociações climáticas para abranger dimensões raciais e históricas, buscando uma reorientação das instituições políticas, da economia global e das estruturas legais, com um enfoque em justiça racial e de gênero. Podemos considerar avanços nos temas de gênero e clima e adaptação.

Por fim, gostaria de destacar nossa atuação junto ao G20, com capilaridade em toda sua estrutura, com foco em influenciar as discussões sobre o empoderamento econômico e a justiça étnico-racial, de maneira a responsabilizar Estados, bancos e organizações financeiras a desenvolver programas efetivos que promovam a inclusão econômica da população afrodescendente.

Para nós, o empoderamento econômico da população negra deve ser tratado como uma agenda de desenvolvimento. Encerro a apresentação das nossas ações destacando nosso papel no Fórum Inter-religioso, abordando a intolerância religiosa com foco nas religiosidades de matriz africana e em sua relação com o racismo ambiental. Dentro desta dimensão, assim como em outras, estamos concentradas em destacar as valiosas contribuições das cosmologias afrodescendentes e em seu potencial de reorientar as crises mundiais.

Por fim, reconhecemos e contribuímos ativamente com todos os mecanismos criados pela ONU para o enfrentamento ao racismo e para representação afrodescendente, a exemplo da Declaração e Plano de Ação de Durban, Fórum Permanente de Afrodescendentes, Grupo de Trabalho de Especialistas em Afrodescendentes, Década Internacional dos Afrodescendentes, e a recente definição do Dia Internacional das Mulheres e Meninas Afrodescendentes, entre outros. Mas, se realmente estamos interessadas em construir um futuro que não deixe ninguém para trás, precisamos de medidas mais efetivas e fortalecidas pactuadas entre todas as partes, em direção ao enfrentamento do racismo a nível global.



CATHERINE TINKER

É uma grande honra estar aqui e ser convidada a fazer parte deste maravilhoso painel que reconhece as conquistas e os esforços que já foram feitos, a lista de documentos da ONU e os processos em que a diferença foi feita, na minha percepção, em um prazo bastante curto. E sou consciente que isso foi feito neste ano, talvez no ano passado, mas é bastante impressionante a velocidade com que foi (o processo) levado adiante na agenda da ONU e parabenizo todos neste painel por serem uma parte importante disso.

Este é apenas o começo. Sendo assim, a minha pergunta seria: considerando o que sabemos atualmente, considerando o que sabemos sobre a interseccionalidade da discriminação, certamente, na agenda da ONU, e considerando o que também notamos em relação aos desastres ambientais e seus impactos nos mais vulneráveis, como iremos progredir? Como iremos conseguir alcançar essa urgência nos discursos diplomáticos e documentos?

Vou dar um exemplo. Estive no Rio Grande do Sul durante as inundações, e tive que ser retirada. As pessoas que não puderam ser evacuadas eram as mais vulneráveis e foram totalmente deixadas para trás, em abrigos ou ainda pior.

Após deixar Porto Alegre, li que a população quilombola no Estado do Rio Grande do Sul foi a mais afetada, assim como a população urbana na capital, que estava em situações mais precárias. E quem foi deixado para trás? Eu vi esforços de um resgate trazendo uma mulher negra, com um rosto de idosa, com tanta dignidade, sendo retirada de em um pequeno bote até um abrigo. Não sobrou nada para ela, foi abandonada. Essa imagem ajudou a caracterizar as causas que estabelecemos e as falas que fizemos conjuntamente ontem e que são tão importantes e críticas em suas abordagens.

E essa situação me leva a levantar uma questão. Há tantos acadêmicos, somos acadêmicos aqui nesta Casa Roosevelt e, sendo assim, devo reconhecer as contribuições, obviamente, de Eleanor Roosevelt, e de sua amiga, Mary McLeod Bethune, a grande educadora negra, filantropa e ativista de direitos civis que trabalhou na desagregação das escolas aqui nos Estados Unidos. Ela foi a primeira funcionária a alcançar o mais alto cargo federal nos anos 1930, durante a administração Roosevelt nos Estados Unidos.

As contribuições de hoje, vejamos, se referem à terminologia. Ouvi (o termo) antirracismo hoje de cada palestrante, e estou muito feliz por ter ouvido isso, porque muitas vezes o debate é contrário. Há um daltonismo (racial), igualdade, como se isso fosse o suficiente. Temos de ser favoráveis à uma agenda antirracista.

A agenda de gênero na perspectiva de raça que também é transformadora. Sobre gênero, ao menos, podemos notar as políticas neutras a gênero, e talvez de uma forma mais avançada, políticas sensíveis a gênero sensível.

Acredito que a única maneira de avançarmos em ambos, gênero e raça, seja através de uma política transformadora. Portanto, como conseguimos esse tipo de linguagem de forma urgente nos Estados Unidos? Esse seria o meu desafio.

***CSW** - Comissão sobre a Situação da Mulher - **CEDAW** - Comitê para a Eliminação da Discriminação contra as Mulheres

HLPF - Fórum Político de Alto Nível para o Desenvolvimento Sustentável - **Soft** – Cúpula do Futuro
COP - Conferência das Partes de Mudanças Climáticas

